

CAPÍTULO 4

NEOLIBERALISMO E O RENASCIMENTO DO NEOFASCISMO: UMA ANÁLISE À LUZ DE RICARDO ANTUNES SOBRE A AULA DE MANUEL LOFF¹

Rafaella Rodrigues da Silva Manfrenatti

Mestranda do PPG em Educação Profissional em Saúde da EPSJV/FIOCRUZ.

INTRODUÇÃO

*“Escravo de ganho (eu)
Quanto eu ganho?
Meu suor escorrendo na testa
Meu sangue tingindo o asfalto
Eu preciso cumprir minha meta
Na festa do filho do patrão
Com canhão querendo meu salário
No capitalismo, úteros são fábricas
Onde nascem os operários
Sonhei que tava em havana
Com meu mano che guevara
E se fosse assim, o amanhã não seria tão urgente
Meu camarada”*

— **La Comuna, El Efecto, com Galo de Luta e Trupe Lona Preta.**

Na aula ministrada pelo Prof. Dr. Manuel Loff, foi debatida a relação entre o neoliberalismo e o avanço de políticas de extrema direita, que apresentam traços neofascistas no contexto do Estado moderno. Utilizando os conceitos de Antonio Gramsci, Loff (2024) destacou como o neoliberalismo desestrutura o Estado de bem-estar social, ao mesmo tempo que propicia uma concentração de poder que favorece a ascensão de regimes autoritários. Essa reflexão é crucial para entendermos como a crise do capitalismo contemporâneo, ao gerar instabilidade social e econômica, possibilita o florescimento de políticas que restringem direitos e aumentam a repressão. Para aprofundar essa análise, podemos recorrer aos conceitos de Ricardo Antunes, que critica a

¹ Trabalho apresentado como requisito para conclusão do minicurso “Estado, Poder e Luta de Classes: crise da hegemonia imperialista e resistência à restauração neoliberal”, ministrado pelo Prof. Dr. Manuel Loff da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Porto - Portugal.

precarização do trabalho e a terceirização no contexto neoliberal. Antunes (2018) nos ajuda a compreender como o neoliberalismo molda a estrutura do Estado e favorece o crescimento de forças políticas autoritárias. Para embasar essa discussão, também incorporamos a música da banda El Efecto como epígrafe nos capítulos, refletindo sobre as expressões culturais que dialogam com a realidade social e política que estamos abordando, que teve participação do Galo de Luta, militante dos trabalhadores de aplicativo.

NEOLIBERALISMO E A INTERFERÊNCIA NO ESTADO

*“Bárbaro manguê chamado mercado
Lágrima, sangue, suor embalado a vácuo
E aos cacos, a classe se olha mas não se vê
Rasga o peito esse veto concreto
A coisa é sujeito, a pessoa, objeto
Tudo ao avesso
O fim é o começo Quero ter olhos pra ver”*

— *La Comuna, El Efecto, com Galo de Luta e Trupe Lona Preta.*

Na análise de Manuel Loff, o neoliberalismo vai além de ser uma simples doutrina econômica, transformando-se em uma força política que desestrutura o Estado e amplia as desigualdades sociais. Ao reduzir o papel do Estado em áreas como saúde, educação e direitos sociais, ele transfere poder para as elites econômicas e enfraquece as bases democráticas. Esse processo cria uma instabilidade social que é explorada por forças políticas de extrema direita, interessadas em consolidar um regime autoritário. Essa dinâmica pode ser interpretada a partir do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Para Gramsci (2011), um dos teóricos mais proeminentes do século XX, destacou a relevância das ideologias e da hegemonia cultural na sociedade. Entretanto, ao explorar a historicidade da origem do termo, observa-se que a ideologia é marcada pelo “cientificismo” materialista-vulgar francês, surgido por volta de 1801. Neste contexto, sua significação original referia-se à “ciência das ideias”. Como a análise era o único método reconhecido e aplicado pela ciência, a expressão passou a denotar a “análise das ideias”, isto é, a “investigação da origem das ideias” (Gramsci, 2011, p. 207).

Essa ideologia definida por Gramsci seria algo não paupável, estando em uma outra estrutura de sociedade, ao qual ele chama de superestrutura:

(...)o próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das ideias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura (Gramsci, 2011, p. 208).

Nos Cadernos de Gramsci, fica implícito que as diversas ideologias que permeiam a sociedade estão integradas em uma superestrutura, que é concebida como o “reflexo do conjunto das relações sociais de produção” existentes em um determinado período histórico (Gramsci, 2011, p. 250). Essa superestrutura não se restringe a conceitos abstratos; ela se manifesta nas práticas cotidianas e nas relações de poder que moldam a vida das pessoas. Assim, as ideologias não são meras crenças individuais, mas sim expressões coletivas que refletem a estrutura de poder vigente. Ao analisar a ideologia pela perspectiva de Gramsci, é essencial reconhecer que ela é simultaneamente moldada por e molda as relações sociais. Essa dialética entre ideologia e relações sociais é fundamental para compreender como as ideias sobre liberdade e emoção são construídas e legitimadas no contexto capitalista.

No âmbito dos Cadernos de Gramsci, o conceito de ideologia não é algo externo à experiência humana, mas uma parte integrante da realidade concreta dos grupos sociais. Algumas ideologias podem ser mais críticas, enquanto outras tendem a ser mais conservadoras. Gramsci (2011) ressalta que os diversos grupos sociais presentes na sociedade atuam como agentes políticos que refletem ativamente sobre e compartilham suas visões de mundo e projetos de vida. Em outras palavras, as 'visões de mundo' desses indivíduos são escolhas políticas que se manifestam na realidade através de ideias, crenças e projetos sociais.

Essa pluralidade de ideologias, como observado por Gramsci, nos leva a refletir sobre o papel da educação e dos movimentos sociais na formação de uma consciência crítica e na promoção de transformações sociais. Questionar as narrativas dominantes sobre gênero e capitalismo é, por si só, uma forma de resistência. Portanto, a análise das ideologias não deve ser vista apenas como uma questão teórica, mas como uma prática política que busca desafiar e, potencialmente, transformar as estruturas de opressão que continuam impactando a vida das pessoas.

A hegemonia não é apenas a dominação direta, mas o controle ideológico e cultural que as classes dominantes exercem sobre a sociedade. O neoliberalismo, nesse sentido, constrói uma hegemonia em torno da ideia de que o mercado deve ser o principal regulador das relações sociais, ao mesmo tempo em que marginaliza as vozes críticas.

O neoliberalismo, ao promover a ideia de que o mercado deve ser a força reguladora da vida social e econômica, estabelece uma hegemonia

cultural que se infiltra nas instituições, nos meios de comunicação e na educação. Essa hegemonia faz com que a lógica neoliberal seja vista como natural e inevitável, obscurecendo outras possibilidades de organização social e econômica (Harvey, 2008).

Gramsci (2011) argumenta que as ideologias não são neutras; elas servem para legitimar a estrutura de poder existente. O neoliberalismo, então, utiliza essa dinâmica para deslegitimar alternativas à sua lógica, como o socialismo ou outras formas de intervenção estatal. A ideologia neoliberal retrata a intervenção do Estado como ineficiente e corrupta, promovendo a noção de que soluções individuais e de mercado são superiores. Isso reforça a aceitação da ideia de que a desigualdade é uma consequência natural da meritocracia (Harvey, 2008).

Uma característica central do neoliberalismo é a ênfase na individualização, onde as pessoas são vistas como responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso. Essa perspectiva está alinhada com a visão gramsciana de que as ideologias moldam a maneira como os indivíduos se percebem em relação à sociedade (Gramsci, 2011). Assim, o neoliberalismo propaga a ideia de que, em vez de ser uma questão coletiva, os problemas sociais (como pobreza e desigualdade) são problemas individuais, desincentivando a solidariedade e a ação coletiva.

As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como "os valores centrais da civilização". Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos (Harvey, 2008, p.6).

O neoliberalismo busca implementar um "Estado mínimo", argumentando que a redução do papel do governo na economia levará à eficiência e ao crescimento. Gramsci (2011) destacaria que essa ideologia é apresentada como uma "verdade" que não pode ser questionada, obscurecendo o impacto social das políticas de austeridade e desregulamentação. Ao fazer isso, o neoliberalismo garante que a visão de um Estado reduzido se torne parte da cultura política dominante, dificultando discussões sobre o papel do Estado na promoção da justiça social.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no

âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey, 2008, p.3).

O neoliberalismo utiliza a ideologia para produzir consentimento em relação às suas políticas. Ao transformar suas ideias em normas culturais, ele torna mais difícil para os indivíduos questionarem ou resistirem a políticas que, em última análise, favorecem os interesses das elites econômicas. Isso é possível através da educação, dos meios de comunicação e da representação política, onde a narrativa neoliberal se torna predominante.

Assim, ao usar a ideologia conforme explicada por Gramsci, o neoliberalismo não apenas impõe um modelo econômico, mas também molda as percepções e comportamentos da sociedade. Isso transforma a luta por alternativas em um desafio complexo, pois envolve não apenas a crítica das políticas neoliberais, mas também a reconstrução de uma consciência coletiva que questione as narrativas dominantes. Para superar essa hegemonia, é fundamental cultivar uma educação crítica que desafie as ideologias vigentes e promova a solidariedade e a ação coletiva em busca de justiça social.

A CRISE SOCIAL E A ASCENSÃO DO NEOFASCISMO

*“No vai e vem da bicicleta
Rasga o asfalto o entregador
É refém da própria meta
O algoritmo é o chicote que se aprimorou
Seu pedido está chegando até você Desfrute esse sabor”*

— *La Comuna, El Efecto, com Galo de Luta e Trupe Lona Preta.*

Manuel Loff apontou que a precarização gerada pelas políticas neoliberais é um terreno fértil para o ressurgimento de movimentos neofascistas (Loff, 2019). Esse fenômeno é abordado também por Ricardo Antunes, que critica o impacto dessas políticas sobre o mundo do trabalho. Antunes (2018) argumenta que o avanço da precarização, com o aumento da informalidade e a redução dos direitos trabalhistas, enfraquece as organizações sociais e sindicais. A insatisfação generalizada que decorre dessa precarização (ou uberização, ou ainda plataformização) é, então, canalizada por movimentos de extrema direita, que se apresentam como alternativas "fortes" diante do caos social. Essa reação populista e autoritária tenta justificar o uso da violência, da repressão e do discurso de ódio como respostas legítimas à crise.

O termo "uberização" parte da própria nomenclatura da empresa Uber², que foi fundada em 2009. No entanto, as relações de trabalho que ela representa estão profundamente enraizadas em um contexto histórico que remonta à reestruturação produtiva dos anos 1990, no Brasil, e vindas tardiamente devido à resistência sindical, marcada por transformações significativas nas formas de produção e emprego.

Durante os anos 90, muitos países passaram por uma reestruturação produtiva que visava aumentar a competitividade e a eficiência econômica. Nesse cenário, o modelo de produção toyotista, que havia sido desenvolvido no Japão nas décadas anteriores, começou a ganhar destaque. O toyotismo enfatizava a produção enxuta, a flexibilidade no trabalho e a redução de custos, promovendo uma desregulamentação do mercado de trabalho e a adoção de práticas que buscavam maximizar a eficiência. Isso levou à fragmentação das relações de trabalho, à terceirização e ao aumento da informalidade, criando um ambiente propício para novas formas de trabalho. (Antunes, 2020)

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (Antunes, 2000. p.35).

² A Uber é uma empresa multinacional de tecnologia que opera uma plataforma digital de transporte compartilhado. Fundada em 2009 nos Estados Unidos por Travis Kalanick e Garrett Camp, a Uber revolucionou a indústria de transporte ao introduzir um modelo de negócios baseado em aplicativo que conecta motoristas a passageiros que precisam de transporte.

A avaliação também pode ser conduzida sob uma perspectiva que conecta alterações na configuração das empresas e na natureza do trabalho. Nesse cenário, as plataformas digitais representam uma transformação fundamental no processo de terceirização, viabilizando que os trabalhadores superassem as limitações dos mercados de trabalho locais, possibilitando assim a execução de tarefas de qualquer lugar do mundo para outro. Alguns pensadores chamam essa tendência de “plataformização” do trabalho. E tanto a “uberização” quanto a “plataformização” são trabalhos em plataforma, sem vínculo empregatício, direitos, baseados na terceirização e com a precarização do trabalho como viés de suma importância nesses conceitos.

A uberização, portanto, é uma manifestação dessas mudanças mais amplas. Ela se caracteriza por relações de trabalho em que a tecnologia e as plataformas digitais desempenham um papel central na mediação entre trabalhadores e consumidores. As atividades são frequentemente contratadas por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), permitindo que o trabalho seja realizado de forma digital (crowd work) ou presencialmente (on-demand). Isso reflete uma transição em direção a formas de trabalho mais flexíveis e menos reguladas, onde os trabalhadores muitas vezes não têm garantias de direitos e segurança no emprego, colocando-os em uma posição vulnerável (Antunes, 2020). Assim, a uberização não é apenas um fenômeno contemporâneo, mas o resultado de uma série de transformações históricas nas relações de produção e no mercado de trabalho que se intensificaram a partir da reestruturação produtiva dos anos 90.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de crise estrutural do capital, desenham-se algumas tendências, que podem assim ser resumidas: 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos; 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social. Pelo próprio sentido que conduz estas tendências (que, em verdade, constituem-se em respostas do capital à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências (Antunes, 2000, p.37).

A precarização gera perda de consciência de classe, perda de identificação com o posto de trabalho, perda da visualização de si mesmo como trabalhador e não pertencente. É importante integrar as reflexões de David Harvey sobre a reestruturação produtiva e a acumulação flexível, que estão diretamente ligadas à precarização do trabalho. Segundo Harvey (2008), o modelo de acumulação flexível, implementado pelo neoliberalismo, flexibiliza as relações de trabalho, tornando-as mais instáveis e fragmentadas. Essa reestruturação gera uma perda de consciência de classe, onde o trabalhador, por não possuir mais vínculos estáveis, perde a identificação com seu posto de trabalho e com a própria noção de pertencimento a uma classe trabalhadora. Sem a visão de si mesmo como parte de uma classe explorada, o trabalhador se torna mais suscetível a ideologias que negam essa coletividade, facilitando a ascensão de políticas reacionárias e autoritárias.

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (Harvey, 1992; McIlroy, 1997; Beynon, 1995 *apud* Antunes, 2000, p.40).

A teoria de Harvey(1992) nos ajuda a compreender como o neoliberalismo fragiliza a capacidade de organização dos trabalhadores, justamente por fragmentar sua identidade e suas lutas. Isso se conecta com as ideias de Gramsci (2011) sobre hegemonia, que, nesse contexto, atua para moldar uma ideologia que normaliza a precarização e desmobiliza os movimentos sociais.

NEOLIBERALISMO, FASCISMO E A GUERRA DE POSIÇÕES

*“Corpo e alma, tudo dói
Minha cabeça atormentada
Corpo e alma, tudo dói
Eu sinto a vida envenenada!
Outra forma de vida
Da insurgência surgirá
Outra forma de vida
Procurei um remédio
Alguma solução
Que pudesse me tirar desse abismo
O doutor me receitou uma revolução
Pois me disse que eu sofro Me disse que eu sofro é de capitalismo”*

— *La Comuna, El Efecto, com Galo de Luta e Trupe Lona Preta.*

Na análise proposta por Loff, o neoliberalismo é identificado como um sistema que concentra riqueza e poder nas mãos de interesses privados, criando um ambiente político e social que propicia a ascensão do neofascismo. A partir dos conceitos de Antonio Gramsci, esse fenômeno pode ser compreendido como uma "guerra de posições". Nesse contexto, a hegemonia não é sustentada por dominação direta, mas sim por uma série de ações e discursos que moldam as estruturas culturais e políticas do Estado. O neofascismo, por sua vez, surge como uma estratégia das elites para manter o controle social em meio às crises geradas pelo próprio neoliberalismo.

No Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro, essa dinâmica se intensificou com a implementação de políticas que priorizaram interesses econômicos em detrimento da justiça social e dos direitos humanos. A administração de Bolsonaro buscou dismantelar mecanismos de proteção social, promover a flexibilização das leis trabalhistas e atacar direitos conquistados por movimentos sociais. Essas medidas foram legitimadas por uma retórica que visava criar um inimigo comum, frequentemente vinculando a esquerda e as mobilizações sociais à desordem e à criminalidade.

Similarmente, na Argentina, a eleição de Javier Milei, com seu discurso radical e sua proposta de uma "liberdade absoluta" baseada em princípios neoliberais, também reflete essa ascensão de ideais neofascistas. Milei promoveu uma agenda que inclui a desregulamentação do mercado de trabalho e a austeridade fiscal, colocando em risco os direitos dos trabalhadores e a proteção social. Sua visão é uma extensão da lógica neoliberal, onde a ideia de liberdade é distorcida para justificar a concentração de poder econômico e a repressão a vozes dissidentes.

Antunes (2020) aponta que a concretização dessas ideias se manifesta no avanço de políticas de austeridade e repressão, nas quais o Estado atua em prol dos interesses do capital, enfraquecendo os mecanismos democráticos e reprimindo movimentos sociais. Essa análise revela que o neoliberalismo não é apenas uma questão econômica, mas um projeto político que transforma as relações sociais e busca silenciar a resistência, abrindo caminho para um estado de exceção sob a justificativa de garantir a ordem. Assim, ao refletirmos sobre a intersecção entre neoliberalismo, fascismo e as guerras de posições, é fundamental reconhecer como essas forças atuam em conjunto para moldar um novo cenário político que desafia os princípios democráticos e os direitos sociais. A compreensão desse processo histórico e político é essencial para construir uma resistência efetiva e uma nova hegemonia que valorize a justiça social e a participação democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Trabalhar menos!
Trabalhar todes!
Produzir o necessário!
Dividir a produção!”*

— *La Comuna, El Efecto, com Galo de Luta e Trupe Lona Preta.*

As considerações finais evidenciam que, no contexto atual, observa-se uma “crescente capacidade de trabalho socialmente combinada”, resultando em uma inter-relação acentuada entre as formas de extração de mais-valia relativa e absoluta, operando em escala ampliada e globalizada. A precarização do trabalho e a tentativa de desumanização da relação entre o trabalhador e o processo produtivo refletem um cenário alarmante que demanda reflexão crítica. (Antunes, 2001)

Ricardo Antunes, em sua análise, questiona a tese do fim do trabalho dentro do modelo de produção capitalista, afirmando que a mera sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida diante de um tal desfecho. Ele destaca que a ideia de eliminação da classe trabalhadora é um equívoco, uma vez que a sociedade capitalista, enquanto produtora de mercadorias, mantém sua estrutura social intacta. Antunes afirma: “A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que adviriam desta situação” (Antunes, 2001, p.45). Isso evidencia a fragilidade da noção de que o trabalho poderia desaparecer, especialmente quando consideramos que os pilares constitutivos do modo de produção capitalista permanecem vigentes.

Ainda segundo Antunes (2001), “a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais, é desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica”(p.44). A falta de uma noção ampliada de trabalho, que reconheça sua multifacetada natureza, é um forte indício da fragilidade dessa tese.

Nesse sentido, a análise proposta pelo Professor Manuel Loff revela como o neoliberalismo, ao dismantelar o Estado de bem-estar social, cria as condições propícias para a ascensão de políticas de extrema direita e neofascistas. A precarização social e a erosão dos direitos civis e trabalhistas, associadas às políticas neoliberais, tornam-se terreno fértil para o fortalecimento de regimes autoritários. (Loff, 2024)

A partir das reflexões de Gramsci, compreendemos que o neoliberalismo não apenas estabelece uma hegemonia cultural e ideológica, mas também naturaliza a desigualdade e marginaliza as alternativas progressistas. Ao mesmo tempo, Antunes (2001) ilustra como a crise do trabalho e a precarização da vida alimentam o crescimento de movimentos reacionários.

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que

adviriam desta situação. Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na desapareição ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e — o que é fundamental — também não é possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital (p. 45).

Portanto, o neofascismo e a extrema direita não emergem de maneira isolada, mas como uma resposta organizada e violenta às contradições intrínsecas do neoliberalismo. A luta pela hegemonia, conforme descrito por Gramsci (2011), requer resistência tanto no campo das ideias quanto nas estruturas sociais. Somente por meio de uma crítica radical ao modelo neoliberal e à sua instrumentalização do Estado será possível enfrentar as ameaças autoritárias que ele propaga.

Para Loff (2024), a defesa dos direitos de todos, por todos, deveria ser uma prioridade, mas como podemos promover e garantir direitos quando muitos acreditam que apenas os seus são fundamentais? Em uma sociedade marcada por uma lógica individualista, onde uma geração inteira cresceu imersa no neoliberalismo, como podemos despertar a compreensão da verdadeira essência da comunidade? Em um mundo que se sustenta em premissas de meritocracia e merecimento, como reconhecer que todos são titulares de direitos, e que essa titularidade é um direito universal? Ainda assim, surge a pergunta: mesmo diante desse cenário, é possível fomentar uma compreensão genuína de comunidade e direitos coletivos se as pessoas não desenvolverem uma visão crítica desse sistema? A estrutura do Estado e a superestrutura permeada pelo capitalismo neoliberal permitem, de fato, o acesso e a transformação necessária para modificar esse sistema, ou acabam por reforçar as desigualdades que ele gera?

Além da mera discussão sobre direitos, é necessário vislumbrar uma revolução que transforme o sistema econômico e as estruturas de produção, acompanhada de uma reorganização do trabalho. Tal mudança poderia, de fato, libertar a ideologia dominada pelo capitalismo neoliberal e neofascista.

Neste capítulo, trago à tona uma poderosa frase da música da banda "El Efecto", que ecoa as lutas históricas dos movimentos socialistas: "Trabalhar menos, trabalharmos todos, produzir o necessário, distribuir tudo." Essa máxima encapsula a visão de um futuro onde a superação do capitalismo neoliberal e neofascista se torna não apenas um desejo, mas uma possibilidade.

É crucial reconhecer que o capitalismo neoliberal nos faz acreditar que não existe outra forma de vida. Ele se esforça para convencer a todos de que apenas um único e exclusivo modo de vida é viável neste mundo — aquele controlado por suas estruturas. Embora seja importante lembrar que existem vislumbres de outras formas de organização social, é inegável que

essas alternativas são constantemente marginalizadas e deslegitimadas. A ideia de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, onde a diversidade de experiências possa florescer, parece cada vez mais distante, quase utópica, diante do controle absoluto que o capitalismo neoliberal exerce sobre as estruturas econômicas e políticas globais. A superação desse sistema, por mais necessária que seja, enfrenta obstáculos formidáveis, sugerindo que sua transformação pode estar muito além do alcance dentro das condições atuais.

Em última análise, embora a superação do capitalismo neoliberal pareça quase utópica, não devemos subestimar as forças de resistência e as brechas que podem surgir no sistema. Se por um lado as estruturas atuais parecem consolidar-se cada vez mais, por outro, pequenas ações coletivas, movimentos sociais e novas formas de organização podem, gradualmente, abrir caminhos para mudanças mais significativas. A tarefa, contudo, exige não apenas imaginação e persistência, mas também a capacidade de questionar e dismantelar as narrativas dominantes que nos fazem crer que outro mundo não é possível.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (2018). **O Privilégio da Servidão. O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo.

_____. (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

EFFECTO, El. **La comuna**. Participação de Galo de Luta e Trupe Lona Preta. 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xn518jdutLM&list=RDxn518jdutLM&start_radio=1a>. Acesso em: 20/09/2024.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci** (org. CNC). RJ: Civilização Brasileira, 2011

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, V. 1,

2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O neoliberalismo: História e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 256 p. ISBN 978-85-150-3536-6.

LOFF, Manuel. **Estado, poder e luta de classes: crise da hegemonia imperialista e resistência à reestruturação neoliberal**. Aula ministrada em: Programa de Pós-Graduação, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 16 e 17 set. 2024.

_____. **“O bolsonarismo e o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”**. Entrevistado por Ricardo Viel. *Agência Pública*, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>